IMPRESSÃO ESPECIAL NOTÍCIAS DA nº68000007/2002 SSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 10 de maio de 2002

Ano 4 N° 96

CORREIO

ECT/SC **ALESC**

Deputados prestigiam abertura da Expocentro

Curitibanos

aior produtor de alho do Brasil e berço do cavalo campeiro, o município de Curitibanos, localizado no centro geográfico de Santa Catarina, abriu oficialmente na noite da última quarta-feira (8) a Expocentro 2002 - Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial, realizada no Parque Pouso do Tropeiro. A cada ano a festa se consagra como uma mostra do potencial produtivo da região. O evento vai até o próximo dia 15, com shows musicais de renome nacional, como Zé Ramalho (10) e Leonardo (11). Os organizadores esperam um público visitante em torno de 50 mil

Autoridades estaduais e regionais prestigiaram a solenidade, entre elas o secretário da Agricultura, Otto Luiz Kihn, e os deputados Romildo Titon (PMDB),

Odacir Zonta (PPB), Ideli Salvatti (PT) e o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL).

Natural de Curitibanos, Agostini, que foi um dos idealizadores da Expocentro, repassou aos organizadores uma verba do governo do Estado, no valor de R\$ 30 mil, para cobrir as despesas com a exposição. Outro cheque de R\$ 34 mil foi entregue ao prefeito Generino Fontana (PMDB) para a reforma do ginásio de esportes, além de R\$ 50 mil para a recuperação da balança municipal.



Autoridades no hasteamento das bandeiras

O presidente da Assembléia também apresentou cópia do Diário Oficial do Estado onde consta verba de R\$ 4 milhões para as obras do aeroporto de Curitibanos - uma antiga reivindicação da região. "Esta é uma terra promissora, que cresce a cada dia e acreditamos na pujança do agricultor, do pecuarista e do empresário", destacou.

Dentro do projeto de interiorização da Assembléia, Onofre anunciou que no próximo dia 12 de junho os deputados realizarão sessão solene em Campos Novos, oportunidade em que o município será reconhecido com o título de Celeiro do Estado. No dia 13 a sessão será em Curitibanos - uma homenagem aos 133 anos de fundação do município, que acontece em 11 de junho. Na oportunidade será entregue o título de Cidadão Catarinense aos familiares do já falecido empresário local, Olisses Gaboardi. (RMPP)



Prefeito Generino recebe as subvenções do presidente da AL



Relatório final da CPI do Leite

Página 5

OPINIÃO

A defesa das cerâmicas catarinenses



Referência, por sua qualidade, para o Brasil e o mundo, a indústria cerâmica catarinense vem sofrendo um duro golpe com a concorrência desleal detonada por empresas paulistas. Calcada em evidentes subterfúgios da sonegação fiscal, a cerâmica de São Paulo, de indiscutível qualidade inferior, vem invadindo o mercado de Santa Catarina graças ao aviltamento de conseguimos notas fiscais em que o

metro quadrado do revestimento cerâmico (pisos e azulejos) era cotado a R\$ 0.41.

Ora, ninguém vende o metro quadrado de revestimento a 41 centavos! Esta é a quantia que a indústria cerâmica despende com o gás que aquece seus fornos; esse é o valor gasto com a embalagem que envolve os produtos de primeira qualidade exportados pelo parque industrial catarinense. Para oferecer preços tão irreais, a concorrência só pode basear-se em componentes de custos irreais... ou em sonegação fiscal.

Além dos evidentes prejuízos ao erário - com o subfaturamento

e o consequente subdimensionamento fiscal – a concorrência descarada e desleal traz sequelas ainda mais danosas à saúde financeira de nossas empresas e, por correlação, ao nível de emprego do pólo cerâmico. Podemos afirmar que, nos últimos dez anos, cerca de cinco mil postos de trabalho foram extintos no setor.

Ao denunciarmos a invasão de nosso espaço, pedimos ao governo do Estado informações sobre a quantidade de revestimentos cerâmicos que ingressaram no Estado de Santa Catarina e passaram pelos postos fiscais, oriundos do Estado de São Paulo, nos últimos 12 meses, além de preço e especificação dos produtos, nota fiscal por nota fiscal.

Pedimos também que a Secretaria de Estado da Fazenda e a Secretaria da Receita Federal tomem medidas urgentes para conter a evasão de divisas. Conclamamos o governo do Estado a assumir a defesa da indústria cerâmica catarinense, um setor que é modelo nacional e referência para exportação, contra a concorrência desleal baseada na sonegação.

> Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ronaldo@alesc.sc.gov.br

A retomada do ensino profissionalizante



No próximo dia 14, no Ministério da Educação e Cultura, em Brasília, será assinado um convênio que, para nós, catarinenses - e em especial, da Região Serrana - tem especial significado. Naquele dia, na presença de lideranças políticas catarinenses, será firmado convênio no valor de R\$ 2,1 milhões para reforma e ampliação do espaço físico, além de equipamentos, mobiliário e serviços, do Cedup (Centro de Educação

Profissional) Caetano Costa, do município de São José do Cerrito.

O convênio nacional, integra o Programa de Reforma e Expansão da Educação Profissional (Proep), do Ministério da Educação e, em âmbito local, o Plano Estadual de Reforma da Educação Profissional, da Secretaria de Estado da Educação. Os recursos têm como origem, investimentos a fundo perdido e são financiados pelo MEC e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Cedup Caetano Costa, da área agrotécnica, oferece cursos em agropecuária em regime de internato. Com a injeção desses recursos, o Centro de Educação Profissional ampliará a oferta

de cursos para alunos que integram a Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), sendo igualmente oferecidos cursos básicos de qualificação profissional.

Nosso especial interesse nesse que, aparentemente seria um ato de rotina, é quanto ao forte estímulo que representa à educação profissionalizante em Santa Catarina. Com efeito, depois de um longo período, os responsáveis pelo ensino na área federal retomam o interesse por este importante segmento, que é o ensino profissionalizante, uma forma de preparar, qualificar o aluno para o ingresso no mercado de trabalho cada vez mais exigente e específico. Com a melhoria física e entrada de recursos, a escola aumenta sua capacidade de atender à demanda.

Já há algum tempo convênio semelhante fora firmado com o Cedup de Lages, onde os excelentes resultados são visíveis. Tanto nesse caso quanto no de São José do Cerrito tivemos participação nas gestões que levaram à assinatura dos convênios, e no momento continuamos o trabalho no sentido de estender esses acordos a outras escolas profissionalizantes de Santa Catarina, na medida do possível.

> Deputado Ivan Ranzolin (PPB) ranzolin@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB) 1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Rogado Mendonça (PMDB)

Órgão informativo manal do Poder Legislativo de SC Rua Jorge Luz Forma, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana

Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Corupá mostra seu desenvolvimento no Retratos de Santa Catarina

Banda Municipal Jazz Band Elite e o Grupo Folclórico Germânico Neufluss, de Corupá, mostraram nessa terça-feira (7) no Hall da Assembléia, no Projeto Retratos de Santa Catarina, a importância da preservação das tradições culturais no Estado. Situada no Vale do Itapocu, norte do Estado, a cidade conta com 12 mil habitantes e também é conhecida como a Capital Catarinense da Banana e a Terra das Cachoeiras, por estar encravada nas montanhas da Mata Atlântica. Autoridades locais e estaduais, além do presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), e do deputado Ivo Konell (PMDB), prestigiaram a solenidade.

O prefeito Luiz Carlos Tamanini (PMDB) informou que o município exporta 70% da sua produção de banana para a Argentina e o Uruguai, possuindo 58 indústrias e um comércio em franca expansão. Destacou o crescimento do turismo com a cria-

ção, há 12 anos, da Rota das Cachoeiras, 14 ao total, sendo que a última tem uma queda livre de 125 metros. Konell disse do orgulho de ser cidadão honorário de Corupá, título outorgado pela Câmara de Vereadores. Lembrou que desde 1991, época de implantação do Pólo de Desenvolvimento Industrial, o

município tem mostrado sua força no setor, já que na agricultura a produção de banana chega a 100 mil toneladas por ano.

"Ninguém gosta daquilo que não conhece. Por este motivo o *Projeto Retratos de SC*, que já apresentou aproximadamente 40 municípios, quer mostrar o Es-

RETIATOS (foto Carlos Kilian)

Apresentação da banda municipal

tado para os catarinenses", enfatizou Onofre, citando o potencial econômico e artístico de diversos municípios das mais variadas regiões do Estado. O governador Esperidião Amin também prestigiou o evento e elogiou a qualidade de vida do povo de Corupá. (RV)

Obras no aeroporto de Curitibanos começam em junho

partir da publicação do resultado da Aconcorrência para execução de obras e serviços de terraplanagem, drenagem, ampliação e pavimentação asfáltica da pista de pouso e decolagem, saída e pátio de manobras de aeronaves do aeroporto regional de Curitibanos no Diário Oficial do Estado (edição de 07/05), corre o prazo de cinco dias úteis para as outras empresas que participaram do processo licitatório contestarem o resultado. Se não houver contestação, depois de mais cinco dias úteis o governo do Estado, através da Secretaria de Transportes e Obras, deverá assinar o contrato com a empresa vencedora e emitir a ordem de serviço que permitirá o início das obras. A informação partiu do governador Esperidião Amin em visita ao Presidente da AL na última segunda-feira (06).

A nova pista terá 1.400 metros. O projeto da construtora CBEMI inclui o parque de estacionamento para até quatro aviões e fixa prazo de 240 dias para execução das obras mas, o diretor da empresa, engenheiro Eglair Tyski, assegurou que em 180 dias será possível concluir a execução do projeto orçado em cerca de R\$ 3 milhões.

Agostini, que trabalha desde o ano passado para concretizar a obra, aguarda o cumprimento dos prazos e acredita na



Onofre, Amin e Amaro previsão do governador de iniciar em junho a execução das melhorias do aeroporto, reivindicadas pela comunidade do Planalto Catarinense.

Conselho Superior da SC Arco

Na oportunidade o governador, acompanhado do secretário da Casa Civil, Amaro da Silva, entregou ao presidente Agostini a mensagem que trata da homologação do Conselho Superior da Agência Catarinense de Regulamentação e Controle (SC/Arco).

Foram apresentadas duas listas para apreciação dos parlamentares. Uma com três nomes da preferência pessoal do governador e outra com os nomes indicados pelas entidades com vaga no Conselho Superior da SC/Arco. Após aprova-

dos, os conselheiros serão nomeados pelo governador. A SC/Arco objetiva a qualificação dos serviços públicos para proteger o consumidor. (MIL/SD)

Homenagem de ex-combatentes

A entrega da medalha do Cinquentenário do Dia da Vitória ao deputado Onofre Agostini, aconteceu na última terça-feira (08) na Capital, com a presença do governador, autoridades da Marinha, Exército e Aeronáutica, dentre outras pessoas presentes à solenidade comemorativa aos 57 anos da vitória das forças aliadas na segunda guerra mundial.

A medalha foi criada pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção do Rio de Janeiro, em 1995, com objetivo de homenagear pessoas que colaboram com os ideais dos ex-combatentes.

"O Estado e o país têm uma dívida de gratidão com os ex-combatentes pelo ato de bravura em defesa da Pátria", disse Agostini. (MIL)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

COMISSÕES

CPI do Roubo de Cargas ouve delegado-geral da Polícia Civil

Na reunião semanal da CPI do Roubo de Cargas, extraordinariamente presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), estiveram presentes o diretor geral da Deic, Dirceu Silveira Júnior, o delegado-geral da Polícia Civil, João Lipinski, o presidente da Coopercarga de Joinville, Dagnor Schneider, e Renato Zanela, da

Cooperroda do Alto Uruguai.

Segundo Lipinski, as seguradoras de veículos têm uma participação involuntária no aumento de roubos e desmanche de veículos, pois, ao achar o carro roubado, apenas com a carcaça, acabam por vendê-la a estabelecimentos que roubam um carro igual, repõe as peças retiradas e usam a documentação legal do veículo antes "depenado". "O policial que pára um veículo desses tem dificuldade de perceber se aquelas peças são mesmo dele. Nossa sugestão é que se grave em alto relevo o número do chassi, além de marcar peças chave com o mesmo número para dificultar o desmanche".

Silveira Junior sugeriu a homologação de uma lei que faça com que as

revendedoras de carro se livrem das carcaças de outra maneira, destruindo-as se necessário. "Isso iria evitar até o aumento de outros crimes, já que muitas quadrilhas roubam carros para efetuar outros delitos, como assaltos a banco".

Lipinski assegurou que a Corregedoria da Polícia Civil já abriu inquérito para investigar os envolvidos. "Os policiais envolvidos no desmanche de Tubarão, ao todo sete, já foram afastados de seus cargos. Quanto ao de São José já ouve afastamento preventivo de dois policiais".

Já Zanela comentou que está cada vez mais difícil transportar cargas, pois há empresas que só con-

tratam transportadoras cujos caminhões tenham rastreador por satélite. "Os pequenos e médios transportadores não têm como bancar o alto custo da instalação e manutenção de rastreadores, além disso o roubo de cargas está aumentando o valor dos seguros".



Delegado João Lipinski

De 1992 até o ano passado, o prejuízo anual com o roubo de cargas está na casa dos R\$ 700 milhões. Por isso, a Comissão de Investigação da Câmara dos Deputados irá propor a criação de uma força-tarefa especializada, que poderá ser seguida em todo país. (TK)

Transportes debate SC Portos

Presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), a Comissão de Transportes realizou a segunda audiência para debater o projeto que autoriza a constituição da SC Portos. O pedido foi feito pelos representantes dos seis sindicatos de trabalhos avulsos da área portuária de São Francisco do Sul e estiveram presentes os deputados petistas Volnei Morastoni e Francisco de Assis, Odacir Zonta (PPB), o diretor do porto, Marcelo Salles, os representante da Fiesc, Henry Quaresma, da Câmara de Vereadores do município, José Branco, além do prefeito, Odilon de Oliveira (PMDB).

Para Duarte ficou claro na audiência pública realizada em São Francisco do Sul, no dia primeiro de abril, que os trabalhadores portuários não tinham idéia do projeto que transformará o porto de São Francisco em gestão mista, na qual o governo estadual deterá 51% das ações e o restante ficará com a iniciativa privada.

Oliveira afirmou que o porto represen-



Prefeito Odilon e deputados Duarte e Morastoni

ta 80% da economia local. O vereador Branco argumentou que a maioria dos vereadores, assim como a população e trabalhadores do porto, é contra o que ele chamou de privatização. "Sabemos por outras experiências que a privatização só traz desemprego".

Salles esclareceu pontos importantes colocados pelos trabalhadores, como a

possível demissão de funcionários caso o modelo de gestão passe a contar com o capital misto. "Isso não ocorrerá porque o porto não será privatizado. Queremos apenas encontrar uma nova modelagem de direção para contar com novos recursos para modernizar o porto e atrair novas empresas e, consequentemente, mais trabalho". Quaresma de-

fendeu a entrada do capital misto, já que as indústrias serão extremamente beneficiadas com as mudanças.

Os deputados propuseram aos sindicatos e ao diretor do porto criar uma comissão para elaborar uma proposta conciliatória, através de um novo estudo de modelo de gestão a ser levado ao governador. (TK)

COMISSÕES

CPI do Leite apresenta relatório final

Os deputados da CPI do Leite apresentaram nessa quarta-feira (8) o relatório final. A comissão foi constituída em setembro de 2001 para apurar os mecanismos de formação do preço do leite e os indícios de cartelização do setor.

O presidente e o relator da CPI, deputados Moacir Sopelsa (PMDB) e Afonso Spaniol (PPB), foram unânimes em afirmar que os objetivos dos trabalhos foram atingidos e que uma das principais conquistas foi o reconhecimento do trabalho dos 60 mil produtores de leite de Santa Catarina, responsáveis por 5% da produção nacional. "Quando começamos os trabalhos os preços recebidos pelos produtores estavam em patamares bastante baixos, em muitos casos sequer remuneravam os custos de produção. Em março deste ano os valores já eram satisfatórios", afirmou Spaniol.



Deputados Sopelsa e Spaniol

Pelas planilhas e depoimentos apresentados constatou-se no processo de industrialização o leite sofre acréscimos de até 300%. Nos últimos dois anos o preço médio do produto pago ao produtor foi de 44%, enquanto que o consumidor arcou com aumentos que chegaram a 165%.

Os deputados vão solicitar à Mesa a contratação de uma empresa especializada em auditoria de custos que permita criteriosa análise das planilhas e de outros dados apresentados pelas indústrias e grandes redes de supermercados. Eles pretendem implementar um fórum permanente de negociação de preços e políticas do leite com a participação dos produtores, das indústrias, do mercado varejista, do governo do Estado e da Comissão

de Agricultura. Cogitou-se a criação de linhas de crédito e programas de estímulos fiscais voltados às pequenas indústrias e ao sistema cooperativista, com a finalidade de aumentar a industrialização do leite no Estado, inclusive com a viabilização de novas alternativas de embalagem (em garrafas plásticas e de vidro) em substituição à Tetra Pak, do leite longa vida, que representa cerca de 25% do preço do leite no varejo. (RMPP)

Presidente da Cidasc explica contratos temporários

Chamado a dar esclarecimentos pela segunda vez pela CPI dos Contratos, o presidente da Cidasc, Fernando Driessen, garantiu que os concursados para exercer a função de fiscais de produtos vegetais e animais nas zonas limítrofes do Estado serão chamados em junho. Disse aos parlamentares que a prorrogação dos 115 contratos temporários por mais 210 dias, como prevê a MP que tramita na Casa, é conseqüência de exigências feitas pelas missões internacionais.

A missão, que esteve no Estado entre 14 e 18 de março, realizou auditoria nas barreiras montadas nas fronteiras e avaliou que os novos fiscais não poderiam realizar o trabalho sem que passassem pelo pré-serviço. As exigências significam a manutenção do certificado de zona livre de febre aftosa para Santa Catarina, o que garante a continuidade das exportações catarinenses de suínos para o mercado internacional. Os novos fiscais teriam que ser treinados de maneira diferente da tradicional porque os técnicos da missão avaliaram que os rebanhos correm risco de contaminação caso "os barreiristas sejam apenas leitores de documentos".

O presidente da CPI, deputado João Henrique Blasi (PMDB), a pedido do deputado Herneus de Nadal (PMDB) está solicitando a documentação contendo as exigências das missões técnicas.

Partidário - Nadal questionou Driessen dizendo não acreditar que o governo queira efetivar as contratações, já que a MP que amplia o prazo será transformada em projeto de lei, ampliando em 210 dias a validade dos contratos, e "os indicados, em alguns lugares, são vinculados ao partido do governador".

O presidente da Cidasc negou a indicação por motivos partidários. "Recorreu aos contratos temporários depois de dois meses em que o efetivo reduzido da empresa teve que dobrar turnos para desempenhar funções de fiscalização e outras". Blasi solicitou os nomes dos contratados.

Prorrogada – Aprovada em plenário a prorrogação por mais 60 dias dos trabalhos da Comissão. Segundo Blasi o novo prazo vai permitir que a CPI possa apurar melhor os fatos com relação ao superfaturamento do trecho Vargem – São José do Cerrito da BR-282. Isto porque o Tribunal de Contas está finalizando o relatório da auditoria feita *in loco* pelos técnicos. O TCE apontou o superfaturamento de mais de 300% comparativamente aos valores originais do projeto e suspendeu o edital de licitação no ano passado. (MMV)

LDO

presidente da Comissão de Finanças e relator da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), deputado Heitor Sché (PFL), apresentou nesta semana o relatório preliminar sobre a proposta enviada há 10 dias pelo Executivo. Em acordo com os demais membros da comissão, Sché estendeu o prazo inicial de seis para 10 dias úteis para que os parlamentares apresentem emendas à LDO de 2003. Após o dia 29 de maio, quando encerra este prazo, será apresentado parecer definitivo, já com as emendas, e aberta a discussão. Segundo ele, a LDO está muito bem elaborada, apresentando apenas a dois pontos de maior divergência. "Na proposta o Executivo se refere ao Orçamento Participativo, cujo projeto de lei ainda está em tramitação e conflita com a lei existente do Orçamento Regionalizado. Além disso, há a suspensão da concessão de subvenções sociais, o instrumento mais eficiente para a distribuição de recursos às entidades sociais". (SD)

GERAL

Suinocultores pedem abertura de CPI

presidente da Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), e os deputados Gelson Sorgato (PMDB) e Jaime Mantelli (PDT) estiveram presentes nessa quarta-feira (8) no I Encontro de Criadores de Aves e Suínos do Sul, que ocorre no Centrosul, em Florianópolis. Os membros da Comissão. assim como outros deputados do Paraná e Rio Grande do Sul, foram convidados pelos criadores catarinenses para discutir o alto preço da produção de suínos em contraponto ao baixo valor pago pelos animais. Criadores de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás também participaram do debate.

Para o presidente da Associação Brasileira de Suinocultores, Adão Braum, os produtores catarinenses estão sofrendo com o aquecimento do custo de produção, elevado principalmente pelo preço do milho, essencial na ração dos animais. "Além de estarmos gastando muito para criar os animais, estamos sofrendo com o baixo preço de mercado, visto que cada produtor está perdendo, em média, R\$ 20 por animal comercializado. Não temos reservas para manter um capital de giro e por isso pequenos e médios produtores estão falindo".

Os produtores estão pedindo a abertura de uma CPI para diagnosticar o quadro e estabelecer condições para impedir a falência do setor, já que Santa Catarina é o maior produtor de carne suína do país.

Sopelsa comentou que os suinocultores estão passando por um problema semelhante ao dos produtores de leite. "Vamos analisar as propostas e defendê-las no plenário". Mantelli afirmou que existe

a necessidade de uma ação mais forte, mas não necessariamente uma CPI. (TK)

Aumento de pensões especiais

A elevação do piso salarial que regula o pagamento das pensões especiais concedidas aos portadores de deficiências foi solicitada ao governador do pelo presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL).

A proposição sugere a equiparação do piso de pensões especiais (R\$ 135,60) ao salário mínimo vigente no país (R\$ 200).

Segundo Agostini, o aumento das pensões corrigirá uma injustiça com os portadores de deficiência, que além dos problemas causados pelas limitações - físicas ou mentais - que os impedem de buscar o sustento de forma digna, têm que administrar mais uma frustração, a de serem tratados com descaso, porque o piso vigente é injusto e duplamente insuficiente, já as pessoas especiais, normalmente, têm despesas fixas com medicamentos, o que onera ainda mais o orçamento familiar. (MIL)

Responsabilidade das farmácias e drogarias

audiência pública da Acomissão de Saúde, realizada com a participação de representantes do Sindicato das Farmácias, do Conselho Regional de Farmácia e da Vigilância Sanitária irá buscar junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao Ministério da Saúde e no relatório final da CPI dos Medicamentos da Câmara Federal uma posição oficial sobre a responsabilidade de fiscalização e recolhimento de medicamentos com prazo de validade vencido.

De acordo com o conselheiro do Sindicato das Farmácias, Manoel Marcelino, a Lei Estadual nº 11.190/00, conhecida como a "lei dos medicamentos vencidos", prevê o recolhimento do produto pelas distribuidoras, mas como a maioria tem sede em outros estados há reconhecimento da legislação estadual. "Queremos o recolhimento pelas distribuidoras e o ressarcimento

dos produtos vencidos".

O presidente da Comissão, deputado Volnei Morastoni (PT), informa que a consulta aos órgãos federais se estenderá sobre a responsabilidade técnica nos estabelecimentos farmacêuticos. De acordo com a Lei Federal nº 5991, o responsável é o farmacêutico, não podendo ser respondida pelos técnicos em farmácia, que vêm sendo homologados por determinações judiciais.

A diferença entre dispensar (vender aquilo que se produz) e venda de medicamentos industrializados é outro fator de divergência entre os sindicatos das farmácias e a Vigilância Sanitária. O primeiro é feito pelas farmácias que manipulam produtos e o outro por drogarias que apenas comercializam medicamentos. Sobre este aspecto implica a necessidade da presença de um responsável técnico. (SD)

Executivo veta gratuidade em pré-vestibular

deputada Odete de Jesus (PL) lamentou o veto do governador ao Projeto de Lei nº 502/2001, de sua autoria, aprovado pela Assembléia em março e que autoriza o Poder Executivo a criar turmas gratuitas de prévestibular para alunos da rede pública.

O projeto visa possibilitar igualdade de condições entre os alunos de escolas públicas e os de



odete@alesc.sc.gov.br

escolas particulares, equilibrando as condições dos estudantes de classes sociais menos favorecidas que precisam de grande esforço para vencer as etapas do ensino até chegar ao vestibular. Nesta etapa eles se deparam com os preços que inviabilizam seu ingresso nos referidos cursos, ficando em desvantagem em relação aos alunos das classes mais altas.

Para a parlamentar, "todo cidadão tem o direito de competir em igualdade de condições e o Estado precisa apresentar soluções que favoreçam os alunos com menores possibilidades financeiras para que estes desenvolvam seu potencial e ajudem no crescimento de Santa Catarina e do Brasil". Ela garante que vai trabalhar para que os deputados derrubem este veto. (LCO)

Costumes culturais

os parlamentares aprovaram Projeto de Lei nº 313, do deputado João Rosa (PTB), que obriga o Estado a manter espaços, ou incentivar a criação destes na Capital, com informações sobre as tradições e formação cultural de todos os municípios catarinenses. O espaço estaria abrigado em museus, centros de tradição e costume ou locais similares destinados a preservar e divulgar valores culturais. (MMV)

Capital Catarinense do Hambúrger

Reconhecer Salto Veloso como Capital Catarinense do Hambúrger é a proposta do deputado Onofre Agostini (PFL) em projeto de lei.

Situado no Vale do Rio do Peixe, o município é considerado o maior produtor de hambúrger do país, com fabricação de 100 toneladas/ dia, 30 % da produção nacional. A maior parte do produto é exportada para países da América Latina e da Europa.

Segundo o deputado, "é importante valorizar os pequenos municípios que produzem com qualidade e contribuem para o desenvolvimento e o engrandecimento do Estado na esfera nacional e internacional". (MIL)

Prêmio Cinemateca

Aprovado o projeto de Lei nº 135/2002, remetido pelo Executivo, instituindo o Prêmio anual *Cinemateca Catarinense* – Fundação Catarinense de Cultura. O Prêmio vai contemplar produções de longas e curtas metragem em 35 mm, vídeo e pesquisa e desenvolvimento de projetos cinematográficos. A lei é resultado do sucesso da edição realizada no ano passado. Com a nova lei, o Prêmio passa a fazer parte do calendário anual da cultura catarinense. A regulamentação será elaborada pela Secretaria de Governo em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura e a Associação Cultural Cinemateca Catarinense. (MMV)

Alimentos orgânicos na merenda escolar

As unidades educacionais catarinenses terão que incluir no cardápio da merenda escolar hortaliças, legumes e frutas exclusivamente de origem orgânica. De acordo com o deputado Afrânio Boppré (PT), autor do projeto, além de tornar mais rica, livre de agrotóxicos e da contaminação de produtos químicos a alimentação das crianças, a proposta vai beneficiar os pequenos produtores dedicados a estas culturas.

Dia dos Celíacos

Os portadores da doença celíaca – que provoca intolerância permanente ao glúten – passam a contar com um dia dedicado a eles. O Projeto de lei nº 543 institui o dia 27 de setembro como o *Dia Estadual dos Celíacos*. A proposição foi sugerida pela Associação Brasileira dos Celíacos, seção catarinense, e foi levada adiante pelo deputado Valmir Comin (PPB). Os portadores da doença são obrigados a permanecer em eterna dieta e sob medicação, já que o glúten está presente no trigo, centeio, cevada e aveia, cereais usados na fabricação de biscoitos, massas, bebidas e de alguns remédios. (MMV)

Proposições

Deputados Adelor Vieira (PMDB) e **Nilson Gonçalves** (PSDB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá cumprimentando-os pela passagem dos 13 anos de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador pedindo para que seja viabilizada a pavimentação asfáltica do trecho de rodovia ligando Ibirama e José Boiteux.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao governador e ao ministro dos Transportes requerendo a implantação do acesso Norte a Araranguá com a construção de uma ponte sobre o rio Araranguá e a sua intersecção com a BR-101.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao secretário dos Transportes requerendo a implantação de redutor de velocidade e construção de uma rótula no trecho da SC-446, na localidade de Sangão/Forquilhinha, e acesso à BR-101.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao governador solicitando a construção de acostamentos na estrada que liga o bairro São Sebastião ao centro urbano de Fraiburgo.

Deputado Julio Garcia (PFL) à direção da Rádio Eldorado, de Criciúma, cumprimentando pela passagem dos 54 anos de fundação.

Deputado Odacir Zonta (PPB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Joaquim cumprimentando-os pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao governador indagando se o Convênio nº 14 de 07/07/92, firmado entre o Deter e a Prefeitura de Garopaba para construção do terminal rodoviário local, foi integralmente cumprido.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador indagando sobre processos de concessão de pensão de interesse de excepcionais, e quantas já estão sendo pagas especificando valores mensais.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Dona Emma, Vargeão, Forquilhinha, São João do Itaperiú e de São Cristóvão do Sul cumprimentando-os pela passagem de emancipação político-administrativa dos municípios.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) aos veículos de comunicação solicitando a divulgação da *I Festa da Novilha, II Mostra da Novilha e da Bezerra, II Mostra de Pequenos Animais e a Festa Campeira com Cavalo de Trabalho* que serão realizadas de 10 a 12 de maio, em Xaxim.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) aos parlamentares membros da Comissão de Trabalho, da Câmara dos Deputados, solicitando a aprovação do projeto que dispõe sobre a criação da *Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico à Inspeção*.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao diretor regional dos Correios solicitando a instalação imediata de uma agência no bairro Aventureiro, em Joinville, e a solução para problemas operacionais na agência de Tijucas. (CMW)

Mudança na conta única do Judiciário

Resultado de um acordo entre os poderes Executivo e Judiciário, os parlamentares aprovaram a modificação do artigo 9°, da Lei n° 11.644 de 2000, que criou a conta única dos depósitos que ficam sob a guarda do Judiciário. A mudança vai permitir que o Poder Executivo tenha uma espécie de "participação" na conta única, que permitirá o pagamento dos precatórios devidos pelo Estado, aliviando o Tesouro estadual. (MMV)

GERAL

AL vai cobrar projeto de gerenciamento costeiro do Executivo

Depois de três horas de de bates para conhecer e discutir os problemas ambientais de 29 municípios da zona litorânea, vinculados à balneabilidade das praias, os participantes da audiência pública realizada nessa segundafeira (6) aprovaram dois encaminhamentos. O primeiro, por sugestão do promotor Alexandre Abreu, do Ministério Público Estadual, cobra do Executivo projeto de lei que insti-

tui o plano de gerenciamento costeiro catarinense. "Qualquer modificação em planos diretores, por exemplo, só são permitidos, conforme a Constituição Estadual, depois da aprovação e implementação do Plano de Gerenciamento Costeiro".

Esta seria uma das formas de coibir ações predatórias dos próprios entes públicos, conforme relato de líderes comunitários de Itapema. A Câmara local aprovou na "calada da noite", nas palavras do deputado Jorginho Mello (PSDB) – autor da convocação da audiência pública -, aumento do gabarito para a construção de prédios, ampliando para 20 anda-



Abreu e deputados Macagnan e Mello

res. Sem qualquer infra-estrutura de saneamento básico e de fiscalização, a decisão abre caminho para "a destruição rápida e irracional de mais um balneário".

A ausência de dirigentes da Casan foi duramente criticada pelos presentes. "A presença da Casan é imprescindível em nossa próxima audiência pública marcada para o dia 3 de junho", salientou o parlamentar. O encontro vai delinear um programa de saneamento para as cidades da costa catarinense. Além da diretoria da empresa, a convocação vai incluir na lista o

nome do ex-presidente da Casan, José Carlos Vieira. (MMV)

Estatuto das Cidades

A aplicação do Estatuto das Cidades é uma das principais ações para iniciar o processo de inclusão das parcelas da sociedade marginalizadas pela própria estrutura de desenvolvimento e administração dos centros urbanos. O princípio foi enfatizado nessa quinta-feira (9) durante a realização do Fórum Nacional do Estatuto das Cidades, no plenário da Assembléia. "O Estatuto é essencial para que comecemos o processo de inclusão social baseada no desenvolvimento sus-



Agenda

Dia 13, às 9 horas – Audiência pública da Comissão de Saúde sobre as estações teleméricas do Vale do Itajaí

Local: Câmara Municipal de Blumenau

Dia 13, às 19 horas – Sessão solene em comemoração ao 18º aniversário da Associação de Joinville e Região de Micro, Pequenas e Médias Empresas

Local: Teatro Juarez Machado - Centreventos Cau Ĥansen - Joinville

Dia 13, às 19 horas - Lançamento da Festa do Pinhão - Lages

Local: Hall da Alesc

Dia 14, às 17 horas – Reunião da CPI do Roubo de Cargas e Desmonte de Veículos para ouvir o depoimento do superintendente da Polícia Rodoviária Federal

Local: Sala das Comissões

Dia 14. às 19 horas - Retratos de Santa Catarina - Tubarão

Local: Hall da Alesc

Dia 14, às 19 horas - Curso de Ciências Política - Sessão simulada

Local: Plenário

Dia 15, às 19 horas – Lançamento do livro Planejamento Familiar – Solução Básica – de Egon Nort

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 16, às 14 horas – Audiência pública para debater assunto referente à criança e ao adolescente, requerida pelo deputado Jaime Duarte (PPS)

Local: Plenário

Dia 16, às 19h30min. – Lançamento do Dicionário da Música em Santa Catarina, do maestro Hélio Teixeira da Rosa

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

tentável e planejado", salientou o presidente da Comissão de Transportes, deputado Jaime Duarte (PPS).

O Fórum reuniu lideranças políticas de todo o País, profissionais de arquitetura, engenharia, administradores públicos, lotando o plenário e as galerias da Assembléia e dando a largada para a divulgação da Lei sancionada em julho do ano passado depois de 11 anos de discussões no Congresso Nacional. "A primeira discussão nacional sobre o ainda projeto de lei, originalmente apresentado pelo senador Pompeu de Souza, foi aqui, em Florianópolis", relembrou o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Wilson Lang. Os avanços obtidos com o Estatuto - que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal -, dependem da sua aplicação efetiva, o que só será possível com a total adesão dos segmentos organizados da sociedade. (MMV)